

MUNICÍPIO DE MAÇÃO

PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

TRATAMENTOS GERAIS E TRANSVERSAIS – UTILIZADORES, UTENTES E DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS

cm-macao.protecaodedados.pt/p/informacao/

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO	
Referência	#PEPD - 0414-20260302 - @CM-Macao - FITD - Geral
Classificação	Documento Público
Data de Elaboração	2 de março de 2026
Versão	1.0 – Março de 2026
Autor	Encarregado da Proteção de Dados
Destinatário	Publicação na Plataforma de Proteção de Dados Municipal

O Município de Mação (doravante designado por Município ou CM-Mação), enquanto entidade pública responsável pela administração local e pela prestação de serviços públicos aos munícipes, procede ao tratamento de dados pessoais de forma transversal no âmbito das suas atribuições e competências, sendo esse tratamento executado em conformidade com as normas aplicáveis em matéria de proteção de dados, designadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril, doravante RGPD) e a Lei de Execução do RGPD (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante LERGD), segundo os seguintes parâmetros:

1. Responsável pelo Tratamento

Município de Mação (doravante designado por Município ou CM-Mação), pessoa coletiva de direito público com o NIPC 506 814 343, com sede na Rua Padre António Pereira Figueiredo, 6120-750 Mação, telefone (+351) 241 577 200, correio eletrónico geral@cm-macao.pt e sítio eletrónico www.cm-macao.pt.

2. Contactos do Encarregado da Proteção de Dados

O Município de Mação designou um Encarregado da Proteção de Dados (EPD) externo, nos termos do artigo 37.º, n.º 6, do RGPD, estando disponível através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, do telemóvel (+351) 911 879 220 e do telefone geral (+351) 213 243 750. O Encarregado da Proteção de Dados pode igualmente ser contactado presencialmente, mediante agendamento prévio, na sede do Município, ou através da Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/suporte/.

3. Categorias de Titulares de Dados

Pessoas singulares que estabelecem relações com o Município de Mação no âmbito das suas atribuições e competências, incluindo munícipes e residentes no território do concelho; utentes dos serviços municipais; requerentes de licenças, autorizações ou pareceres; contribuintes municipais; proprietários de imóveis no concelho; participantes em programas, projetos ou iniciativas municipais; beneficiários de apoios ou subsídios municipais; visitantes das instalações municipais; utilizadores do sítio eletrónico e das plataformas digitais do Município; subscritores de newsletters ou comunicações institucionais; pessoas que efetuam pedidos de contacto ou solicitações de informação; participantes em eventos, atividades culturais, desportivas ou sociais organizadas pelo Município; e outras pessoas singulares cujos dados sejam tratados no âmbito das atividades e competências da organização.

4. Dados Pessoais a Tratar

Categorias gerais de dados pessoais, tais como dados de identificação (nome completo, estado civil, números de identificação civil, fiscal e de segurança social, idade, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade), dados de contacto (moradas postal e eletrónica, números de telefone fixo e móvel), dados profissionais (entidade empregadora, cargo ou função), dados de habilitações académicas e profissionais, dados relativos à situação familiar e composição do agregado familiar quando necessários para a prestação de serviços municipais, dados financeiros e patrimoniais quando relevantes para efeitos fiscais ou de concessão de apoios, dados de utilização de serviços municipais, dados de interação com o sítio eletrónico e plataformas digitais do Município, dados de comunicações eletrónicas dirigidas ao Município, e outros

dados necessários ao desenvolvimento das relações entre os titulares e o Município no âmbito das suas atribuições legais.

[Em circunstâncias específicas e mediante fundamento legal apropriado, podem ser tratadas categorias especiais de dados pessoais, tais como dados relativos à saúde para efeitos de prestação de serviços de ação social ou de proteção civil, dados biométricos relativos à imagem para efeitos de videovigilância ou divulgação de eventos, ou outros dados especiais devidamente identificados e com fundamento legal adequado.]

5. Contexto e Finalidade do Tratamento

Os dados pessoais são tratados para as seguintes finalidades legítimas, que se encontram diretamente relacionadas com o exercício das atribuições e competências do Município: prestação de serviços públicos municipais aos munícipes e utentes; gestão administrativa dos procedimentos municipais, incluindo licenciamentos, autorizações e pareceres; gestão fiscal e cobrança de tributos municipais; gestão de programas de apoio social, habitação, educação, saúde, cultura, desporto e ambiente; comunicação institucional, divulgação de informação e promoção de atividades municipais; gestão de pedidos de contacto, solicitações de informação e reclamações; organização e gestão de eventos, atividades culturais, desportivas e sociais; gestão de acessos físicos às instalações municipais, incluindo controlo de entradas e videovigilância para proteção de pessoas e bens; gestão do sítio eletrónico e das plataformas digitais do Município; cumprimento de obrigações legais, regulamentares, fiscais, contabilísticas e de auditoria; proteção da segurança da informação; e exercício ou defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

6. Fundamento Jurídico

O tratamento dos dados pessoais tem como fundamento jurídico, consoante o contexto específico e a finalidade do tratamento, o exercício de funções de interesse público ou o exercício da autoridade pública de que está investido o Município (artigo 6.º, n.º 1, alínea e), do RGPD), o cumprimento de obrigações jurídicas a que o Município esteja sujeito, designadamente obrigações fiscais, contabilísticas, de prestação de contas e de transparência administrativa (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD), a execução de contratos em que o titular dos dados é parte ou a execução de medidas pré-contratuais (artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do RGPD), os interesses legítimos prosseguidos pelo Município, desde que sobre tais interesses não prevaleçam os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do RGPD), ou o consentimento livre, específico, informado e inequívoco do titular dos dados para finalidades específicas (artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do RGPD). Quando o fundamento jurídico for o consentimento, o titular dos dados tem o direito de retirar esse consentimento a qualquer momento, sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

7. Consequências do Não Fornecimento dos Dados

Quando o fornecimento de determinados dados pessoais for necessário para o cumprimento de obrigações legais, para a prestação de serviços municipais ou para a celebração ou execução de contratos, o não fornecimento desses dados impossibilitará a concretização da finalidade pretendida, nomeadamente a prestação do serviço solicitado, a emissão de licenças ou autorizações, ou a celebração do contrato. Em

cada situação de recolha de dados, será claramente identificado quais os dados que são obrigatórios e quais os que são facultativos, bem como as consequências específicas do seu não fornecimento. O não fornecimento de dados de carácter facultativo não afetará a relação principal com o Município, mas poderá limitar o acesso a determinadas funcionalidades ou serviços complementares.

8. Destinatários

O Município procede ao tratamento dos dados pessoais internamente, através dos seus trabalhadores e dirigentes devidamente autorizados e vinculados a obrigações de confidencialidade e sigilo profissional. Para a prossecução de determinadas finalidades, o Município recorre a subcontratantes ou prestadores de serviços externos, cuidadosamente selecionados e contratualmente vinculados ao cumprimento de estritas medidas técnicas e organizativas de proteção de dados pessoais, designadamente fornecedores de serviços de tecnologias de informação e comunicação, fornecedores de plataformas de alojamento de dados, prestadores de serviços de consultoria especializada, instituições bancárias e financeiras, e outros prestadores de serviços estritamente necessários ao funcionamento da organização. Os dados pessoais podem ainda ser comunicados a autoridades públicas, entidades reguladoras, tribunais ou outras entidades quando tal seja obrigatório por força da lei.

9. Transferências Internacionais

O Município procura, sempre que possível, tratar os dados pessoais dentro do território do Espaço Económico Europeu. No entanto, na utilização de determinados prestadores de serviços tecnológicos, pode ser necessário transferir dados pessoais para países terceiros. Nestas situações, são implementadas as garantias adequadas previstas no RGPD, designadamente através da utilização de Cláusulas Contratuais-Tipo aprovadas pela Comissão Europeia, da transferência para países que beneficiem de uma decisão de adequação, ou de outros mecanismos legalmente previstos. Os titulares dos dados podem solicitar informações adicionais sobre as transferências internacionais através dos contactos do EPD.

10. Medidas de Segurança

Estão implementadas medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas e proporcionais para assegurar um nível de segurança apropriado ao risco do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares. Estas medidas incluem, designadamente, controlos de acesso físico e lógico, procedimentos de backup e recuperação, formação regular dos trabalhadores em matéria de proteção de dados e segurança da informação, políticas de gestão de incidentes e auditorias periódicas de conformidade.

11. Local de Recolha de Dados

Os dados pessoais são recolhidos através de diversos canais e pontos de contacto com o Município, designadamente através dos balcões de atendimento presencial, do sítio eletrónico e plataformas digitais do Município, de comunicações eletrónicas e postais, de formulários em papel ou digitais, de sistemas de videovigilância e controlo de acessos, e de outras interações com os serviços municipais. Em todos estes

contextos, é garantida a transparência sobre a recolha de dados, a privacidade e confidencialidade do processo de recolha, e a integridade, qualidade e exatidão dos dados recolhidos.

12. Prazo de Conservação

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período estritamente necessário para as finalidades para as quais foram recolhidos e tratados, tendo em conta as obrigações legais de conservação aplicáveis. Os prazos específicos variam consoante a categoria de dados e a finalidade do tratamento, sendo aplicáveis os prazos legais de conservação previstos na legislação portuguesa, designadamente em matéria fiscal, contabilística, de contratação pública e de arquivo. Decorridos os prazos de conservação aplicáveis, os dados pessoais são eliminados de forma segura ou anonimizados de modo irreversível.

13. Comunicação de Dados

Com exceção das situações de comunicação a subcontratantes devidamente contratados e das situações de comunicação legalmente obrigatória a autoridades públicas ou entidades reguladoras, não são realizadas operações de comunicação de dados pessoais a terceiros para finalidades distintas das indicadas na presente ficha. O Município não vende, aluga ou de outra forma disponibiliza dados pessoais a terceiros para fins comerciais.

14. Decisões Automatizadas e Definição de Perfis

No âmbito dos tratamentos gerais e transversais realizados pelo Município, não são tomadas decisões baseadas unicamente em tratamento automatizado, incluindo definição de perfis, que produzam efeitos na esfera jurídica dos titulares dos dados ou que os afetem significativamente de forma similar, nos termos do artigo 22.º do RGPD.

15. Direitos do Titular dos Dados

O titular dos dados tem o direito de solicitar ao Município de Mação, nos termos e condições previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o acesso aos seus dados pessoais, incluindo o direito de obter confirmação de que os dados que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o acesso aos dados e a informações sobre o tratamento (artigo 15.º do RGPD); a retificação dos dados pessoais inexatos ou a completude de dados incompletos (artigo 16.º do RGPD); o apagamento dos dados pessoais, quando se verifiquem os fundamentos legalmente previstos (artigo 17.º do RGPD); a limitação do tratamento quando se verifiquem os fundamentos legalmente previstos (artigo 18.º do RGPD); a portabilidade dos dados, consistindo no direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, quando tecnicamente possível (artigo 20.º do RGPD); a oposição ao tratamento dos seus dados pessoais quando este se basear em interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiros, incluindo a oposição ao tratamento para efeitos de marketing direto (artigo 21.º do RGPD); quando o tratamento se basear no consentimento, o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado (artigo 7.º, n.º 3, do RGPD); e o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão

exclusivamente baseada no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar (artigo 22.º do RGPD).

Para exercer qualquer destes direitos, o titular dos dados deve dirigir-se ao Encarregado da Proteção de Dados através dos contactos indicados na presente ficha informativa ou através dos formulários disponíveis em cm-macao.protecaodedados.pt/p/formularios/. O Município compromete-se a responder aos pedidos de exercício de direitos no prazo máximo de trinta dias a contar da receção do pedido, podendo este prazo ser prorrogado por mais sessenta dias se necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, sendo o titular dos dados informado dessa prorrogação e dos respetivos motivos, nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do RGPD.

16. Direito de Reclamação à Autoridade de Controlo

Sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), autoridade de controlo em matéria de proteção de dados pessoais em Portugal, nos termos do artigo 77.º do RGPD. Os contactos da CNPD são os seguintes: morada na Avenida D. Carlos I, n.º 134, 1.º, 1200-651 Lisboa; telefone (+351) 213 928 400; correio eletrónico geral@cnpd.pt; sítio eletrónico www.cnpd.pt. O Município incentiva os titulares dos dados a contactarem em primeiro lugar o Encarregado da Proteção de Dados para esclarecimento de dúvidas ou resolução de questões, sem prejuízo do direito de apresentar reclamação diretamente à autoridade de controlo.

17. Endereço para Exercício de Direitos

Para solicitar qualquer informação adicional sobre o tratamento de dados pessoais, apresentar reclamações, exercer direitos ou comunicar incidentes de segurança da informação, os titulares dos dados devem contactar o Encarregado da Proteção de Dados através do endereço de correio eletrónico institucional protecaodedados@cm-macao.pt, do endereço direto manuel.melo@dataprotectionofficer.pt, ou através do formulário específico para exercício de direitos disponível na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/formularios/.

18. Política de Proteção de Dados

As operações de tratamento de dados pessoais pelo Município de Mação são realizadas de acordo com as Políticas de Privacidade e Proteção de Dados adotadas pelo Município, que se encontram disponíveis para consulta na Plataforma de Proteção de Dados Municipal em cm-macao.protecaodedados.pt/p/politicas/. A presente ficha informativa deve ser lida em conjunto com a Política de Proteção de Dados Geral do Município e constitui um instrumento de transparência e de cumprimento das obrigações de informação previstas nos artigos 13.º e 14.º do RGPD.

19. Fichas Informativas Específicas

Para determinadas atividades de tratamento que envolvem contextos ou tecnologias específicos, o Município disponibiliza fichas informativas complementares, designadamente sobre tratamento de dados de candidatos, de fornecedores, em contexto laboral, de utilizadores dos sítios eletrónicos (cookies), de participantes em eventos e atividades culturais, de sistemas de videovigilância e de reuniões e assembleias

municipais. Estas fichas informativas específicas, disponíveis em cm-macao.protecaodedados.pt/p/informacao/, devem ser lidas em conjunto com a presente ficha informativa geral e com as Políticas de Proteção de Dados do Município.

20. Alterações à Presente Ficha Informativa

O Município de Mação reserva-se o direito de alterar a presente ficha informativa sempre que tal se revele necessário ou apropriado, designadamente em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, de alterações nas práticas de tratamento de dados da organização, ou de recomendações ou orientações emitidas pelas autoridades de controlo. Sempre que sejam introduzidas alterações materiais que afetem significativamente os direitos dos titulares dos dados, será disponibilizada na Plataforma de Proteção de Dados Municipal uma versão atualizada com indicação clara da data da última revisão.

O Encarregado da Proteção de Dados

Manuel Melo

Encarregado da Proteção de Dados do Município de Mação

E-mail: protecaodedados@cm-macao.pt | manuel.melo@dataprotectionofficer.pt

Data da última atualização: março de 2026

Versão: 2026.03